

EDUCAÇÃO FINANCEIRA E UNIVERSITÁRIOS: ANÁLISE COM OS BENEFICIÁRIOS DO BOLSA PERMANÊNCIA

RESUMO

A educação financeira pode ser considerada uma habilidade essencial para os sujeitos na contemporaneidade e seus aspectos perpassam por variáveis socioeconômicas e demográficas. O presente trabalho apresenta a realização de uma pesquisa com os estudantes universitários de um Instituto Federal de Educação, que são beneficiários da Bolsa Permanência. Objetivou-se mensurar e correlacionar o Índice de Conhecimento Financeiro (ICF) a variáveis socioeconômicas e demográficas.

Palavras-chave: Educação Financeira. Bolsa Permanência. Universitários.

1. INTRODUÇÃO

De acordo com a Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento, a educação financeira se fundamenta na junção de diversos fatores, como consciência, conhecimentos, habilidades, atitudes e comportamentos, elementos fundamentais para a tomada consciente de decisões sobre questões financeiras (OCDE, 2011).

O consumismo pautado no acúmulo de dívidas pode ter como origem a falta de educação financeira. Segundo (OLIVEIRA, 2016) muitos universitários, estão enfrentando sérios problemas por estarem endividados. Portanto, é preponderante levar o tema educação financeira para o ensino superior, pois, para se tornarem adultos com estabilidade financeira, os universitários precisam ter acesso aos conceitos de educação financeira

As recentes crises financeiras, as mudanças demográficas, econômicas e políticas, deram início a um movimento que fomentou a criação de estratégias de educação financeira em diversos países, as quais, em geral, passaram a fomentar a inserção do conteúdo financeiro nas bases educacionais (FAULKNER, 2015).

No Brasil, em 2010, foi criada a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), por meio do Decreto Federal 7.397/2010, que foi reeditado pelo Decreto Federal nº 10.393, de 9 de junho de 2020 (BRASIL, 2020). As diversas ações realizadas pela ENEF culminaram na inclusão da educação financeira como tema transversal na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) levando o tema a ser discutido em sala de aula.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) é um dos principais exemplos de transferência de recursos financeiros a universitários. Implantado pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, o PNAES tem como finalidade ampliar as condições de permanência, na educação superior pública federal, de discentes que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica. As ações de assistência estudantil são executadas pelas

instituições federais de ensino superior (incluindo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia), e devem contemplar o desenvolvimento das ações de assistência estudantil em áreas distintas.

No Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG), o Programa de Assistência Estudantil é regido pela Resolução N° 9, de 3 de julho de 2020, e conta com as seguintes categorias (BRASIL, 2020): auxílio moradia; auxílio alimentação, inclusão digital, bolsa permanência e assistência à saúde. Sendo o inclusão digital e bolsa permanência auxílios socioeconômico pagos em dinheiro. Os estudantes que são deferidos na avaliação socioeconômica recebem, ao longo do ano letivo, parcelas em dinheiro.

Diante do apresentado, depara-se com a seguinte questão de pesquisa: os estudantes beneficiários de programas de assistência estudantil (em especial o bolsa permanência) podem ser considerados educados financeiramente?

Considerando o problema apresentado, este trabalho tem o objetivo geral de mensurar o conhecimento de universitários beneficiários do Programa Bolsa Permanência de cursos superiores de um Instituto Federal de ensino em relação aos conceitos de educação financeira e descrever e perfil socioeconômico e demográfico dos alunos pesquisados.

2. METODOLOGIA

A pesquisa apresentada é de natureza aplicada, possuindo caráter descritivo, com uma forma de abordagem quantitativa do problema, e o procedimento técnico empregado foi o levantamento de dados por meio de uma pesquisa do tipo *survey*.

Com base no levantamento teórico, surgiu a hipótese de pesquisa de que estudantes universitários que são bolsistas do Programa Bolsa Permanência possuem níveis baixos de educação financeira.

A pesquisa foi desenvolvida no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG) - Campus Bambuí e teve os dados coletados de uma única vez, via ferramenta *Google Forms*, tendo como amostra a população total (138 discentes de cursos superiores e que são bolsistas do Bolsa Permanência do IFMG - Campus Bambuí) sendo que, destes, 123 responderam ao questionário. O instrumento de coleta utilizado um questionário desenvolvido e validado pelo Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento em Educação Financeira (DENARIUS) da Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI).

Após coletados, os dados foram filtrados e tabulados em planilha de Excel, e, para sua análise e processamento, foi utilizado o programa SPSS, versão 27, e BioEstat, versão 5.3. Efetuou-se uma análise preliminar dos dados obtidos na pesquisa, a fim de verificar as

frequências e as correlações de questões socioeconômicas e demográficas. Na sequência, foram adotadas as técnicas estatísticas para análise dos dados.

Na sequência, realizou-se a mensuração do nível de educação financeira usando a variável “Índice de Conhecimento Financeiro (ICF)”, com a soma de algumas questões do questionário. A partir do resultado, criou-se a variável “Nível de Educação Financeira”, em que aqueles que pontuaram de 0 a 3 foram considerados não “educado financeiramente”, e os que pontuaram de 4 a 6, “educado financeiramente”.

Para avaliar a associação do Indicador de Conhecimento Financeiro (ICF) e os fatores socioeconômicos e demográficos, procedeu-se da seguinte forma: as variáveis quantitativas foram apresentadas por medidas de tendência central e de variação; as variáveis qualitativas foram apresentadas por distribuições de frequências absolutas relativas. A normalidade das variáveis foi avaliada pelos testes de Shapiro-Wilk e D’Agostino-Pearson. A comparação das variáveis quantitativas foi realizada pelos testes: t Student e Kruskal-Wallis com pós-teste de Dunn, conforme recomenda (Ayres et al, 207, p. 87).

4. ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS

Para realizar o cálculo do Nível de Educação Financeira dos respondentes, foram utilizadas as seis questões de múltipla escolha do questionário que apresentavam cinco alternativas de resposta, sendo que, destas, havia apenas uma alternativa correta. Para se determinar o nível de educação financeira, as alternativas de respostas foram recodificadas: a alternativa correta recebeu o código 1, e as demais, o código 0.

Com a recodificação das alternativas das questões, criou-se a variável “**Índice de Conhecimento Financeiro (ICF)**”, que é o resultado da soma das alternativas recodificadas de cada uma das seis questões, por respondente. Ressalta-se que não houve respondentes com ICF igual a 6 e 18 entrevistados (14,6%) obtiveram ICF igual a 0, ou seja, não acertaram nenhuma das alternativas. Do total, 25 (20,3%) obtiveram ICF igual a 1; 33 (26,8%), ICF 2; 32 (26,0%), ICF 3; 11, ICF 4; e apenas 4 respondentes obtiveram ICF igual a 5.

A partir da estatística do teste do Qui-quadrado (p-valor <0.0001*), pode-se afirmar que o grupo tem baixo conhecimento financeiro.

4.1 Renda familiar x Nível de Educação Financeira

Após a realização do Teste de Kruskal-Wallis, com pós-teste de Dunn, pode-se afirmar que há associação estatisticamente significativa entre a renda familiar dos respondentes e o nível de educação financeira (p-valor =0.0067* - estatisticamente significativa).

Analisando as medianas, percebe-se que os respondentes cuja renda familiar está entre 2 e 4 salários-mínimos (SM) apresentam mediana do ICF é igual a 3.0. Já os que possuem

renda familiar entre 1 e 2 SM, possuem mediana do ICF igual a 2. Por fim, o grupo com menor renda familiar (menor que 1 SM) apresentou mediana do ICF igual a 1,5. Conclui-se, portanto, que a renda familiar dos respondentes está estatisticamente associada ao nível de educação financeira. Esse resultado demonstra que beneficiários com menor renda (individual e familiar) possuem menor nível de educação financeira.

4.2 Benefício do Governo Federal x Nível de Educação Financeira

A pergunta P13 do questionário tem o seguinte texto: “Minha família é beneficiária de algum dos seguintes Programas Governamentais”. Sendo 56 respondentes afirmaram que não recebem nenhum dos benefícios (46%), 37 afirmaram receber o Auxílio Emergencial Pandemia de Covid-19 (30%), 26 respondentes o Bolsa Família (21%) e 4 respondentes recebiam o Benefício de Prestação Continuada – BPC (3%). Assim, do total de respondentes, as famílias de mais de 50% deles recebiam algum benefício de programa de transferência de renda por parte do Governo Federal para além do Programa Bolsa Permanência

Conclui-se após testes que a mediana do ICF dos respondentes é igual a 2, exceto nos casos em que os respondentes que declararam que a família recebe o benefício Bolsa Família apresentaram mediana do ICF de 2,5 e no caso dos respondentes que afirmaram que alguém no grupo familiar recebe o BPC que apresentaram uma mediana de 4,5, valores acima do que o observado nos demais auxílios.

Por fim, após a realização do Teste de Kruskal-Wallis, com pós-teste de Dunn, pode-se afirmar que há associação estatisticamente significativa entre o recebimento de benefício do Governo Federal e o nível de educação financeira, como pode ser comprovado pela estatística do p-valor (0.0225*).

5. CONCLUSÕES

O presente trabalho se propôs analisar o nível de educação financeira dos discentes de cursos superiores do IFMG - Campus Bambuí que são beneficiários do programa bolsa permanência, através de um levantamento (survey). As respostas do questionário foram usadas para delinear um perfil socioeconômico e demográfico. Observou-se que a maioria dos discentes bolsistas que responderam a esta pesquisa são do sexo feminino, se autodeclaram brancos, são egressos de escolas públicas e com pais que apresentam baixa escolaridade. Em relação à idade dos respondentes, a faixa etária predominante é de até 22 anos. Tanto a renda familiar como a individual, está entre 1 e 2 salários-mínimos, o que leva uma parcela significativa das famílias dos respondentes é beneficiária de programas de benefícios sociais do Governo Federal.

Ao analisar o Nível de Educação Financeira dos discentes bolsistas, o resultado demonstrou que a maioria dos discentes bolsistas podem ser considerados não educados financeiramente. Tendo sido encontradas associações estatisticamente significantes entre o Nível de Educação Financeira e as variáveis renda familiar e a família ser beneficiária de programas governamentais, além do Bolsa Permanência.

Considerando os resultados obtidos, pode-se afirmar que este trabalho de cunho inédito colabora com a discussão acadêmica, ao expandir o debate acerca da educação financeira de universitários bolsistas de instituições federais de ensino e suas correlações com os dados socioeconômicos e demográficos.

Conclui-se assim, que os universitários bolsistas podem ser considerados não educados financeiramente, sendo que o déficit desse conhecimento pode indiretamente levar na dificuldade de provimento de mínimos sociais.

REFERÊNCIAS

AYRES, M., AYRES Jr, M., AYRES, D. L., SANTOS, A. A. S. **Bioestat 5.3 aplicações estatísticas nas áreas das ciências biológicas e médicas**. Belém: IDSM, 2007.364p.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: Educação é a base. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 06 jun. 2021.

BRASIL. **Decreto Nº 10.393**, de 9 de junho de 2020. Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBFEF, Brasília, p. 1 – 2, 2020. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10393.htm#art10>. Acesso em: 17 Abr. 2021.

BRASIL. **Resolução Nº 9 DE 3 DE JULHO de 2020**. Dispõe sobre a Política de Assistência Estudantil no âmbito do IFMG. Disponível em: <https://www.ifmg.edu.br/portal/dirae-1/assistencia-estudantil/regulamentos-1/Resoluo092020.pdf>. Acesso em: 01. Set. 2020.

FAULKNER, A. E. A Systematic review of financial literacy as a termed concept: more questions than answers. **Journal of Business & Finance Librarianship: Financial Literacy**, [s.l.], v. 20, n. 1-2, p. 7-26, 2015. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/08963568.2015.982446>>. Acesso em: 17 abr. 2021.

OCDE. Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OECD, INFE). **Measuring Financial Literacy: Core Questionnaire in Measuring Financial Literacy: Questionnaire and Guidance Notes for conducting an Internationally Comparable Survey of Financial literacy**. Paris: OECD. 2011.

OLIVEIRA, A. L. L. M. **Atitudes para com o Endividamento entre Estudantes Universitários**: Papel da Literacia Financeira, da Influência Parental e das Dificuldades Financeiras. Tese apresentada ao Mestrado em Economia. Universidade de Coimbra. Coimbra. 2016.